

DA REINTEGRAÇÃO À RECONSTRUÇÃO apelo a uma outra relação entre a arte e o Estado

A minha actividade está essencialmente ligada à criação teatral; uma actividade essencialmente caótica, impressiva, subjectiva, e sempre virada para o presente. Uma actividade onde raramente há o tempo para catalogar ou para definir e onde muitas vezes a própria reflexão sistematizada acaba eternamente adiada. Por isso acho extremamente interessante esta abertura da Academia ao presente desorganizado da criação teatral contemporânea. Mas num segundo momento, e após a satisfação inicial, dou por mim a pensar neste painel para o qual me convidaram: Teatro e reinserção social; A pensar porque é que a minha actividade poderá gerar a ideia de estar relacionada com algum tipo de reinserção social. Isto porque eu nunca tinha visto o que faço nesta perspectiva. Assim, este espanto levou-me a um processo em que procurei encontrar uma resposta, ou pelo menos encontrar algumas perguntas.

Primeiro, consultei um dicionário que me informou que *reinscrção* será o acto de inserir novamente, de integrar de novo, ou seja, e neste caso – o da reinserção social - integrar na sociedade o que não está integrado. A formulação pareceu-me muito genérica e como se tratava aqui de um colóquio numa Faculdade de Direito, e intitulado “Teatro e Justiça”, tentei ser mais específico e descobri que a Direcção Geral da Reinscrção Social funda a sua acção nos direitos humanos e chega mesmo a afirmar a crença na reinserção social.¹ Ainda assim continuei perdido: esta ideia não parecia encaixar na imagem que tinha daquilo que faço, esta ideia de uns estarem dentro e outros fora, e os que estão dentro generosamente darem a mão aos que estão fora para que estes passem para dentro. Dentro de quê? Do que já existe, talvez. E acabei por desistir. Sentia que assim não encontrava um caminho para a participação no colóquio do CETUP e decidi procurar uma resposta nas minhas práticas e no meu próprio caminho.

Comecei por definir um ponto de partida e lembrei-me de uma noite de Natal há mais de dez anos; Uma véspera de natal em que numa cave húmida da Ribeira do Porto decidimos, no Visões Úteis,² apresentar o espectáculo que tínhamos em cena³ precisamente à meia-noite da noite de Natal. Éramos apenas dois naquela noite – o actor, pois tratava-se de um monólogo, e eu a operar a luz e o som. E para aquele que era o único espectáculo de teatro em cena naquela noite, em todo o país, apareceu um espectador, a quem oferecemos o bilhete e para quem fizemos o espectáculo. No fim, incapaz de bater palmas o público cumprimentou-nos e agradeceu-nos efusivamente por aquela hora na nossa companhia. Nós também agradecemos. E ficou a pergunta: Será que nós fizemos alguma coisa por aquela pessoa? Ou será que foi ela que o fez por nós? Não sei, mas a verdade é que esta ideia de levar o teatro a lugares onde ele possa encontrar um sentido profundo não tardou em vingar, e este mesmo espectáculo acabou por ser apresentado, ainda de forma pontual, em alguns estabelecimentos prisionais. A experiência entusiasmou-nos e decidimos institucionaliza-la, criando um espectáculo propositadamente pensado para os estabelecimentos prisionais portugueses.⁴ E como

¹ www.dgrs.mj.pt

² www.visoesuteis.pt

³ *O Subterrâneo*, uma encenação de Paulo Castro, a partir de Dostoievsky (Visões Úteis, 1995)

⁴ *O Verdicto*, uma criação Visões Úteis a partir de Franz Kafka (1999)

sabíamos pouco sobre tudo isso decidimos recorrer a quem sabia e apresentámos a nossa ideia à Direcção Geral dos Serviços Prisionais, entidade a quem competia e cito “garantir a criação de condições para a reinserção social dos reclusos”.⁵ Num primeiro momento reunimos com a responsável das relações públicas da DGSP que afirmou que a nossa ideia – correr o país de uma ponta à outra de Estabelecimento Prisional em Estabelecimento Prisional - era interessante mas que seria muito trabalhosa e desgastante. Sugeriu então que substituíssemos tudo aquilo por uma apresentação única em que, e cito de memória, “poderia ser montado um número para as televisões, com o Ministro da Justiça e o Ministro da Cultura”. Declinámos a proposta e decidimos levar avante a nossa ideia inicial. Num segundo momento, e na estreia do espectáculo num estabelecimento prisional de Trás-os-Montes, a técnica designada para acompanhar a estreia elaborou um relatório para a chefia onde afirmava, e volto a citar de memória, “espectáculo tétrico cuja circulação não deve ser autorizada nos estabelecimentos prisionais”. E provavelmente será neste contacto com o lado oficial da reinserção que encontro a raiz do desconforto que sinto com a própria ideia de reinserção social. Ainda assim a hierarquia da DGSP não seguiu o parecer em causa e o espectáculo deu a volta a Portugal de prisão em prisão.

E deste périplo pelo país ficou uma ideia de viagem, de percurso ao encontro dos outros, não para iluminar o caminho do outro mas para criar um lugar de que ambos precisamos para poder viver juntos. E algum tempo depois desenvolvíamos um projecto⁶ que partia precisamente da ideia de fronteira enquanto linha que nos separa do outro e da viagem enquanto possibilidade de superação dessa linha. E entre os dois espectáculos que integravam esse projecto – um que o abria e outro que o fechava⁷ – voltámos à estrada desta vez atravessando a Europa numa viagem em que visitávamos diversas personalidades – do meio cultural, político, artístico – que no seu trabalho reflectiam os temas que atravessavam o nosso trabalho. A ideia era simples: o espectáculo final seria diferente do inicial e a diferença seria exactamente a medida da influência da viagem sobre nós. Mas curiosamente nesse ano o Ministério da Cultura considerou o nosso projecto – alicerçado nesta ideia de viagem - como sendo tão disparatado que nos retirou todo o apoio financeiro, afirmando em acta: “o projecto de viagem é duvidoso. A indeterminação e o carácter aleatório suscitam fortes reservas ao júri”.⁸ E durante a viagem, o Instituto Camões,⁹ ao receber uma mensagem de correio electrónico em que dávamos contas das entrevistas que íamos tendo, respondeu-nos, e cito de memória: “Não queremos saber das vossas aventuras pela Europa. Por favor não nos enviem mais informação.”

Confesso que continuava a sentir-me algo desenquadrado da visão oficial acerca do mundo sobre o qual pretendia agir. E mais desenquadrado me senti quando em 2001 o Porto foi coberto de praças graníticas que ninguém atravessava, praças em que ninguém se encontrava com o outro. E esta reflexão acerca da utilização do espaço público levou-me a um trabalho¹⁰ – na foz velha, no Porto, um trabalho no formato *audio-walk* – basicamente a interacção entre uma banda sonora e uma paisagem urbana na qual o

⁵ www.dgsp.mj.pt

⁶ *Visíveis na Estrada através da Orla do Bosque*, uma criação Visões Úteis. (2001)

⁷ Respectivamente *Estudos e Orla do Bosque*

⁸ Da acta da reunião final e decisória (programas) do Júri do Ministério da Cultura para o concurso de apoio ao teatro de iniciativa não governamental do ano 2000.

⁹ O Instituto Camões é um Instituto do Ministério dos Negócios Estrangeiros a quem compete a missão de divulgar a cultura e a língua portuguesa no estrangeiro: www.instituto-camoes.pt

¹⁰ *Coma Profundo*, uma criação Visões Úteis (2002)

espectador/participante se desloca seguindo indicações que vai ouvindo. Um trabalho que reflectia precisamente acerca dos factores que condicionam os mecanismos de agregação das comunidades: como é que vivemos juntos? Como é que superamos as forças desagregadoras para continuarmos a estar juntos e a criar algo uns com os outros? E este projecto foi concebido numa zona em que uma comunidade ali instalada há gerações estava a ser expulsa para os subúrbios pela especulação imobiliária. Uma zona onde já não se viam crianças na rua. Uma zona onde se impunha cada vez mais a lógica do condomínio fechado. Uma zona onde os novos moradores não habitavam verdadeiramente, porque apenas pretendiam um sétimo andar com vista para o mar. E aqui quem estava em risco? A classe média-baixa empurrada para os subúrbios ou a classe média-alta que subia os passeios com as rodas largas dos BMW's? Se calhar as duas? Quem é que aqui precisava, e para usar a terminologia deste colóquio, de ser reintegrado? Quem é que aqui estava a perder marcas fundamentais daquilo que nos caracteriza enquanto seres humanos ao ponto de ser legítima uma intervenção reintegradora por parte do estado? Talvez a terminologia oficial tenha sentido para o adolescente que repentinamente se viu atirado para um subúrbio do outro lado da cidade, porque os seus pais já não podiam pagar para morar na rua onde os avós tinham nascido. Mas será que terminologia oficial se encaixa no quadro superior, com dois MBA's, e com um rendimento anual claramente acima da média?

O Visões Úteis desenvolveu assim uma ideia de cidade em que as auto-estradas de uns são os muros de outros e acabou por chegar a um projecto muito particular,¹¹ um espectáculo para apenas três espectadores por sessão a bordo de um táxi que se perdia na zona oriental do Porto, uma cidade onde o Congo de Joseph Conrad ou o Vietnam de Copolla podiam estar a dez minutos do centro. Um espectáculo em que o público era levado a um campo da morte, onde à vista de uma via rápida o táxi parecia não conseguir passar em becos estreitos, onde a luz não ultrapassava as árvores e onde nos desviávamos, para cima do passeio, de traficantes de droga que fugiam à PSP: na mesma cidade da Fundação de Serralves, da Casa da Música e do Teatro Nacional de São João. E era tudo verdade. Tudo. Fora do táxi não havia teatro. E no fim quando os passageiros/espectadores eram desembarcados junto à nova centralidade do Estádio do Dragão, sob as luzes coloridas do Centro Comercial, todos se perguntavam: como é que esta cidade também é a minha? Como é que eu todos os dias estou a dez minutos disto? E que reintegração há aqui a fazer? A de quem está abandonado nas margens do nosso rio Congo? Claro. Mas e a reintegração de quem vive ao lado de tudo isto sem saber onde vive? Como é que a fazemos?

Eu não quero que o teatro sirva para descobrir um lugar para os outros no meu mundo. Aliás eu nem sequer acredito que hoje deva existir uma verdadeira “afinidade electiva” entre teatro e justiça. Porque a justiça se ocupa inevitavelmente da realidade e o teatro do século XXI – que não é o do século XX porque o do século XX ainda é do século XIX – o teatro do século XXI – nestes tempos de *youtube*, da televisão personalizada, do consumismo massificado e da confusão entre ser e parecer – o teatro do século XXI terá que se render a algum tipo de platonismo que faça surgir o real que se esconde por detrás da ilusão fabricada diariamente pelos *media*, um teatro, enfim, menos preocupado com a imitação de uma realidade enganadora... mas ainda assim a realidade com que a justiça trabalha. Por isso quero que o teatro ajude a descobrir um mundo novo. Por isso elejo um teatro em que o palco exponha as tensões que aqui e agora atravessam a *polis*,

¹¹ *O resto do mundo*, uma criação Visões Úteis (2007).

um teatro que seja uma janela cheia de luz sobre os tempos que vivemos. Por isso a ideia de reinserção social me incomoda tanto e elejo antes uma vontade de reconstrução social – e isto sem qualquer ideia maléfica de engenharia social ou de *utopia à moda do século XX*. Apenas acalento a ideia de fazermos algo em conjunto. Não a ideia de inserir o outro no espaço que lhe temos destinado sem sequer saber quem ele é. A directora da Direcção Geral dos Serviços Prisionais estava desinserida socialmente. Tanto como os reclusos cuja vida administrava. E quem quer uma vista para o mar sem saber quem mora na casa ao lado também está desinserido socialmente. Tão desinserido como as famílias que tiveram de fugir para o subúrbio. Todos nós que vivemos a dez minutos de do Congo ou do Vietnam também estamos desinseridos socialmente. Tanto como os que moravam nos blocos sem luz do Bairro de São João de Deus.¹² Estamos todos desinseridos porque estamos fechados, sozinhos, sem saber dos outros, ou sem querer saber deles. Tanto no bairro como no condomínio fechado. Não se trata de trazer para dentro quem está fora porque não há lado de dentro nem lado de fora. Trata-se sim de criar uma *polis* em que os números de circo para a comunicação social, os condomínios fechados e as vias rápidas não nos afundem a todos no nosso egoísmo e na indiferença. Estamos é todos tramados se não conseguirmos fazer alguma coisa juntos.

Carlos Costa, Porto, 2008, no âmbito do encontro “Teatro e Justiça, Afinidades Electivas” promovido pelo Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto

¹² O bairro de São João de Deus situa-se (situava-se) na Zona oriental do Porto e há muito era considerado como uma das zonas mais problemáticas da cidade. Ao ponto de em 2007 a Câmara Municipal ter iniciado a sua demolição.